

**REALIDADE, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO DO
CAMPO NA ESCOLA MUNICIPAL PROFª MARIA DA CONCEIÇÃO
GOMES DA SILVA DO ASSENTAMENTO SANTA CLARA,
BATAGUASSU/MS**

**REALIDAD, DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS DE LA EDUCACIÓN DE
CAMPO DE LA ESCUELA MUNICIPAL PROFª MARIA DA
CONCEIÇÃO GOMES DA SILVA EN EL ASENTAMIENTO SANTA
CLARA, BATAGUASSU/MS**

Waldélia Neves Dutra de Freitas¹

RESUMO:

Este trabalho se insere em uma pesquisa sobre a proposta de Educação do Campo. O objetivo do trabalho foi analisar o processo de construção da educação proposta pelos movimentos sociais do campo, a partir da realidade da Escola Municipal do Campo Maria da Conceição Gomes da Silva, localizada no assentamento Santa Clara, no município de Bataguassu/MS. Os procedimentos metodológicos pautaram-se nos pressupostos teóricos sobre a construção da educação do campo; utilizou-se o trabalho de campo para a tabulação dos dados apresentados e documentação escolar. O trabalho apresenta a análise da educação do campo a partir da realidade local com auxílio da pesquisa empírica para evidenciar quais os avanços encontrados na implantação desse novo paradigma. Os resultados apontaram para um caminho que ainda está sendo trilhado pelos educadores e educandos da escola em busca de uma educação libertadora e emancipatória.

Palavras Chave: Educação do Campo; Movimentos Sociais; Escola Municipal do Campo Maria da Conceição Gomes da Silva.

¹Professora Mestra, graduada e pós graduada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul campus de Três Lagoas/MS. Este texto é parte da Dissertação de Mestrado em Geografia da UFMS defendida em 2012 sob orientação da Profª. Drª Valéria de Marcos. Email: waldeliadutra@hotmail.com.

RESUMEN

Este trabajo forma parte de una investigación de propuesta para la Educación Rural. El objetivo de este estudio fue analizar el proceso de deconstrucción de la educación propuesto por los movimientos sociales rurales, en la realidad de la Escuela Municipal de Campo Maria da Conceição Gomes da Silva, ubicada en el asentamiento de Santa Clara en el municipio de Bataguassu/ MS. Los procedimientos metodológicos son orientados en las hipótesis teóricas sobre la construcción de la educación rural, se utilizan el trabajo de campo para la tabulación de los datos y la documentación de la escuela. El artículo presenta análisis de la educación de campo de la realidad local con la ayuda de la investigación empírica que prueba que los desarrollos encontrados en la implementación de este nuevo paradigma. Los resultados apuntan una trayectoria que sigue siendo pisoteada por los profesores y los estudiantes de la escuela en busca de una educación liberadora y emancipadora.

Palabras clave: Educación Rural; Movimientos Sociales; Escuela del Campo Municipal Maria da Conceição Gomes da Silva.

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal do Campo Professora Maria da Conceição Gomes da Silva foi inaugurada no ano de 2005, localizada no assentamento Santa Clara município de Bataguassu/MS, atende, também educandos do assentamento Aldeia e moradores das fazendas do entorno, ofertando o ensino fundamental e médio, nos períodos vespertino e noturno.

A implantação da escola no município foi considerada um marco em relação ao processo de ensino-aprendizagem no campo, pois atendeu às reivindicações dos camponeses na época, referentes a uma modalidade de educação que fosse ao encontro do sujeito do campo, proporcionando a valorização de suas peculiaridades e cultura, sem os submeter aos valores que lhes são externos e que, muitas vezes, descaracterizam sua identidade.

Para a execução deste estudo, recorreu-se a técnicas qualitativas, procedendo-se à realização de entrevistas com roteiros semi-estruturados e aplicadas junto aos educadores, educandos e assentados do assentamento Santa Clara. Embora se tenha priorizado a escola para o entendimento da educação, também foi incluída a comunidade, ou seja, o espaço de vivência do educando, pois

é neste âmbito que estes adquirem os conhecimentos derivados do senso comum que influenciam na concepção educativa construída para o campo.

Os trabalhos de campo, efetuados a fim de se obter informações e conhecer a realidade em que se encontrava o objeto de estudo. Nestas oportunidades de contato com a comunidade do assentamento, foram entrevistados: os 13 educadores da escola; dos 141 educandos pertencentes ao ensino fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), entrevistou-se uma amostra de 40% que corresponde a 56 educandos; e das 156 famílias assentadas, foram entrevistadas 42 famílias o que corresponde a uma amostra de 27% das famílias assentadas, priorizando o contato com o responsável pelo domicílio independente do gênero.

Os dados secundários utilizados na pesquisa foram: quantidade de educandos matriculados na área rural obtida junto à Secretaria Estadual de Educação e também procedeu-se, à pesquisa documental nos arquivos pedagógicos da escola, de onde foram selecionados o Projeto Político Pedagógico (PPP) e a legislação do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB (2002), resultando na definição da Resolução que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo como documentos de referência para o estabelecimento das análises referentes aos resultados das informações obtidas via entrevistas com os segmentos envolvidos.

A Escola do Campo Maria da Conceição Gomes da Silva

“Só podíamos compreender uma educação que fizesse o homem um ser cada vez mais consciente de sua transitividade, que deve ser usada tanto quanto possível criticamente, ou com acento cada vez mais de racionalidade” (Freire, 1981:90).

Iniciaremos evidenciando o nível de escolaridade dos responsáveis pelas famílias assentadas no projeto Santa Clara, como mostra o gráfico (01) a seguir.

No que se refere ao nível de escolaridade dos assentados do assentamento Santa Clara, 79% dos pais têm o ensino fundamental completo ou incompleto, e 2% possuem pós graduação, como pode ser observado no gráfico (01). Embora a maioria tenha apenas o ensino fundamental, lutam para que seus filhos tenham

maior acesso à educação, motivo pelo qual a luta pelo direito à educação no local em que vivem se dá logo após a conquista da terra .

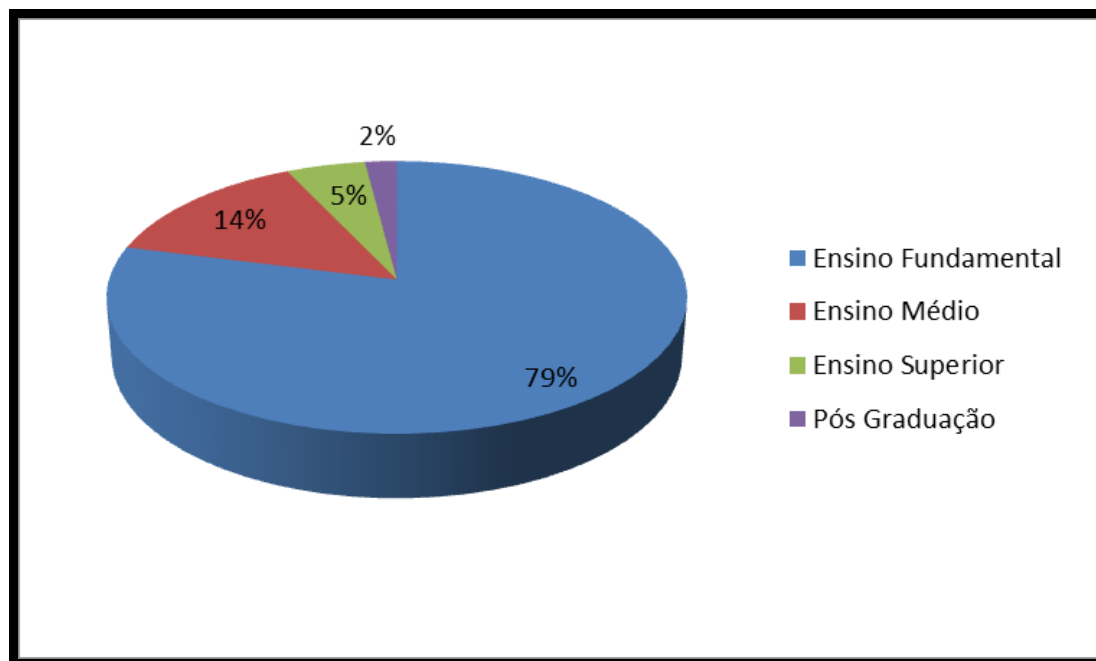


Gráfico 01 – Índice de Alfabetização dos responsáveis assentados no assentamento Santa Clara. Fonte: Arquivo escola do campo Maria da Conceição. Org. FREITAS, 2011.

Assim, a luta pela escola no Santa Clara teve origem logo após o conquista do assentamento. Porém, hoje, a FETAGRI não se dá no seu molde operandi em nenhum momento do processo educativo, deixando comprometido o cumprimento das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, e, tampouco, na própria organização escolar do assentamento. Isso ocorre, segundo os assentados, principalmente devido à ausência dos movimentos após a conquista do assentamento, como pode ser observado no relato de um morador:

Não temos apoio de ninguém aqui, agora que a AGRAER² apareceu aqui, mas faz muitos anos que eles não vêm aqui, temos que fazer tudo sozinhos (RELATO, L., projeto Santa Clara, agosto, 2011).

A Escola Municipal do Campo Maria da Conceição Gomes da Silva está localizada na agrovila do assentamento Santa Clara, como mostra a figura 01 a seguir:

² AGRAER Agencia de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural.



Figura 01: Localização da Escola Maria da Conceição. Org. Freitas, 2012.

A conquista da escola no assentamento pelos moradores não é considerada como uma luta porém, entendemos que é, pois foi através de reclamações realizadas sobre o transporte escolar e a acidentes que aconteciam por causa de estradas mal conservadas que a prefeitura local tomou a decisão de construir uma escola localizada no assentamento.

A escola foi criada no ano de 2002 através do Decreto CEE nº 5966, de 17 de Novembro de 2002, como extensão da Escola Rural Raposo Tavares, inicialmente com a denominação de Extensão Escola Rural Raposo Tavares Pólo e Extensão Juscelino Kubitschek. Esta extensão recebia professores das duas escolas citadas para trabalhar na escola do assentamento, por isso este nome extenso. Inicialmente a escola tinha sua construção feita de madeira (figura 02), como podemos observar nos arquivos do educador P., hoje coordenador da escola.

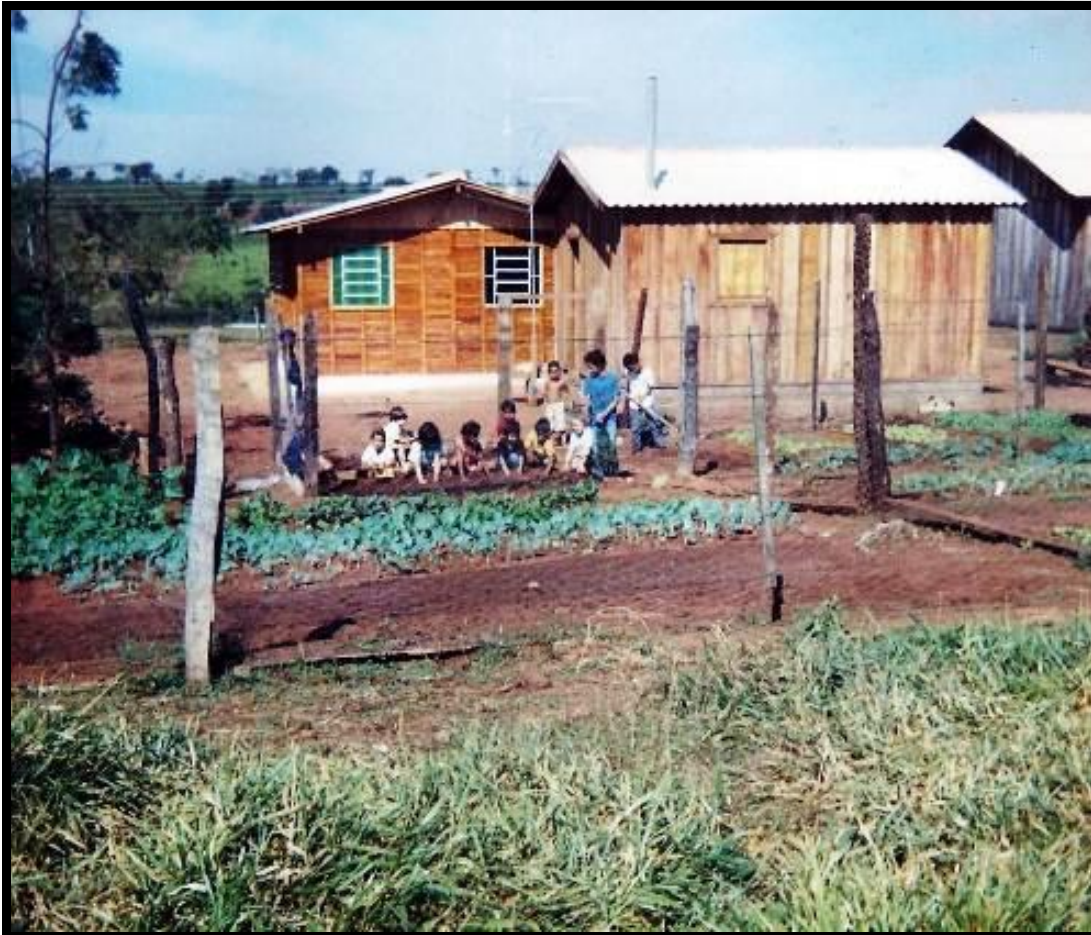


Figura 02: Extensão da Escola Rural Raposo Tavares. Fonte: ROMÃO, P. (2003).

No ano de 2004, a escola ganhou um pavilhão de alvenaria. As aulas de educação física eram realizadas em um espaço improvisado por não haver quadra na escola, como podemos observar nas figuras 01 e 02 a seguir:



Figura 03: Extensão da Escola Rural Raposo Figura 04: Escola do Campo Maria da

Tavares. Fonte: ROMÃO, P. (2003).

Conceição. Fonte: ROMÃO, P. (2005).

Em Janeiro de 2005, através da Lei nº 1.303/05, aprovada em 31/05/2005 no mandato do Prefeito João Carlos Aquino Lemes, a escola passou a ser denominada Escola Municipal do Campo Maria da Conceição Gomes da Silva Polo e Extensão, a extensão refere-se ao ensino médio da Escola Estadual Peri Martins. O nome é dado em homenagem à primeira professora do município de Bataguassu. Nesse mesmo ano, a escola ganhou o segundo pavilhão de alvenaria e, em 2006, passou por uma reforma e ganhou a sala de informática, cerca com alambrado e cobertura interligando os pavilhões.

Em 2008, foi inaugurado na escola o núcleo esportivo que compreende a quadra de esportes com iluminação, para que possam ser realizadas as aulas do período noturno, e o parquinho de diversão para a educação infantil. O prédio da escola é próprio, e a escola é mantida pela Secretaria Municipal de Educação de Bataguassu/MS. Ela atende educandos da Educação Infantil, Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano e EJA, e possui extensão da Escola Estadual Peri Martins, oferecendo o ensino Médio no período noturno. Atualmente, a escola tem um total de 271 educandos regularmente matriculados. Atende o Assentamento Santa Clara, Aldeia I e II e educandos de fazendas do entorno. As aulas são oferecidas no período vespertino, das 12h40min às 17h00min, e no período noturno, das 18h00min às 22h20min.



Figura 05: Escola Maria da Conceição.
Fonte: FREITAS, W. N. D. (2011).



Figura 06: Parque Infantil da Escola.
Fonte: FREITAS, W. N. D. (2011).



Figura 07: Secretaria, Sala de computação.
Fonte: FREITAS, W. N. D. (2011).



Figura 08: Salas de aula e pátio.
Fonte: FREITAS, W. N. D. (2011).

O prédio da escola é de alvenaria e está atualmente distribuído da seguinte forma:

- 09 salas de aula;
- 01 sala para Direção, Secretaria;
- 01 sala para professores e funcionários;
- 02 banheiros para uso dos alunos;
- 01 banheiro para uso de professores e funcionários;
- 01 cozinha com dispensa e área de serviço;
- 01 pátio onde os alunos fazem refeições;
- 01 quadra;
- 01 depósito de materiais;
- 01 alojamento para professores;
- 01 alojamento para professoras;
- 01 sala de computação.

A água utilizada na escola é de um poço semi-artesiano e a merenda escolar é repassada pelo município, sendo fornecida, regularmente, todos os dias. A escola possui uma Diretora que é assentada no Assentamento Aldeia, possui formação em Pedagogia e Pós-Graduação em Psicopedagogia, estando há mais de seis anos no cargo.

Possui também um coordenador formado em Normal superior com Pós-Graduação em Psicopedagogia; duas secretárias e oito auxiliares administrativos.

Conta ainda com um efetivo de 13 educadores, todos graduados como veremos o quadro (01) a seguir:

Quadro 01 - Educadores da Escola Maria da Conceição

Formação	Tempo de trabalho na escola (ano)	Funcionário	Moradia
Ciências Biológicas	01	Convocada	Alojada
Educação Física	01	Convocada	Alojada
Geografia	03	Convocada	Alojada
Letras	01	Convocada	Assentada
Letras	02	Concursada	Assentada
Letras	03	Concursada	Alojada
Letras	09	Concursada	Alojada
Matemática	09	Concursada	Assentada
Matemática e Ciências	04	Convocada	Alojada
Normal Superior	02	Convocada	Assentada
Pedagogia	04	Convocado	Alojado
Pedagogia	04	Convocada	Assentada
Pedagogia	09	Concursada	Assentada

Fonte: Trabalho de Campo. Org. Freitas, 2011

Quanto à formação dos educadores, nove (09) realizaram sua graduação em instituições particulares e quatro (04) em instituições públicas. Quanto ao seu regime de trabalho, oito (08) dos educadores são convocados e cinco (05) concursados. O grande número de educadores convocados é considerado uma dificuldade, já que há uma rotatividade constante de educadores por não serem efetivados. Quanto à questão de moradia, duas educadoras alojadas são concursadas e os demais, convocados, ficando no alojamento durante a semana e nos finais de semana voltam às suas residências nos municípios vizinhos, a saber, Angélica/MS, Bataguassu/MS, Anaurilândia/MS e Presidente Epitácio/SP.

Os educandos são transportados por ônibus escolares contratados pela Prefeitura para conduzi-los à escola. Existem quatro linhas que se deslocam de diferentes pontos dos assentamentos. As linhas de ônibus existentes circulam internamente no assentamento Santa Clara e Aldeia I e II. As distâncias percorridas diárias de ônibus são 63 Km na linha do assentamento Santa Clara, 45 Km na linha Aldeia e Santa Clara e 132 Km na linha Aldeia, como evidencia as figuras (09 a 11). Há apenas uma linha externa que transporta educandos das fazendas do município de Anaurilândia, por ficar mais próximo à escola Maria da Conceição.



Figura 09: percurso da linha de ônibus assentamento Santa Clara.
Fonte: FREITAS, W. N. D. (2011).



Figura 10: percurso da linha de ônibus assentamento Aldeia e Santa Clara.
Fonte: FREITAS, W. N. D. (2011).



Figura 11: percurso da linha de ônibus assentamento Aldeia
Fonte: FREITAS, W. N. D. (2011).

Essas linhas foram criadas para facilitar o acesso dos educandos à escola, porém, em alguns momentos, este acesso fica impossível, pois as estradas são de terra e, em períodos de chuva, as mesmas se tornam intransitáveis. Tal fato acaba dificultando ou impedindo o acesso dos educandos à escola, como podemos evidenciar no relato de uma das educadoras.

Às vezes ficamos a semana inteira sem termos aula porque os ônibus não conseguem transitar para trazer os alunos, ai precisamos repor essas aulas aos sábados para que não haja prejuízo aos alunos. (RELATO, professora S, projeto Santa Clara, agosto de 2011).

Evidenciamos, neste relato, que a alternância para as escolas do campo é uma maneira para evitar que haja a necessidade desta reposição, pois a escola do campo tem como objetivo facilitar a vida de quem vive no campo, respeitando os

ciclos produtivos e naturais. Isso não tem ocorrido na escola estudada, pois eles não trabalham com a pedagogia da alternância que faz parte do calendário escolar das escolas do campo através da lei estadual 2.329 de fevereiro de 2010. Embora a escola seja considerada por lei uma escola do campo, esse é um ponto que a descaracteriza, ou seja, não está seguindo a normatização das escolas do campo.

Ao longo das estradas do assentamento, podemos encontrar as paradas do ônibus escolar, onde os alunos aguardam o veículo passar. Como podemos observar na figura 12, foram construídas proteções improvisadas para abrigar os educandos do sol e da chuva, até a passagem do veículo escolar (figura 13).



Figura 12: Parada de ônibus escolar assentamento Santa Clara.
Fonte: FREITAS, W. N. D. (2011).



Figura 13: Ônibus escolar.
Fonte: FREITAS, W. N. D. (2011).

Apesar da sua existência, o transporte escolar foi considerado ruim pelos educandos, pois os ônibus que são utilizados para transportá-los estão mal conservados, com bancos quebrados e até buracos na lataria, o que permite a entrada de poeira no interior do ônibus enquanto os educandos estão sendo transportados.

Análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Maria da Conceição

Através da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, o Projeto Político Pedagógico (PPP) se tornou obrigatório para todas as escolas.

Para a elaboração do PPP, é necessária a exposição das características da unidade escolar, o envolvimento de gestores, educadores, funcionários, educandos e pais, com o objetivo de definir qual a formação pretendem oferecer àqueles que ali estudam. O PPP deve ser construído anualmente, a cada início de ano letivo, o que possibilita as trocas de informações entre todos os envolvidos para que possam fazer intervenções de modo que, no ano letivo, sejam implantadas melhorias na qualidade de educação oferecida. Segundo Montenegro (2009), o PPP deve ser construído em três etapas: elaboração, execução e avaliação. A primeira é destinada a explicar as idéias que norteiam o grupo, a segunda, a analisar a realidade da escola e a última, a realizar o acompanhamento das propostas para que possam ser praticadas, fazendo com que este planejamento seja realmente um instrumento de trabalho que possibilite viabilizar as ações propostas pelos sujeitos envolvidos. Considerando a importância da construção e aplicação do PPP na comunidade escolar, passo a observar o planejamento da Escola Maria da Conceição.

Com a permissão da diretora da escola, realizamos a análise do planejamento, o qual compreendia sua estruturação para a educação infantil e ensino fundamental da seguinte forma³:

Para *Educação Infantil*: linguagem oral e escrita, matemática, natureza e sociedade, artes visuais e recreação, jogos. *Ensino Fundamental* do 1º ao 4º ano: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Ambiental, Artes Visuais, Educação Física, Educação Religiosa. A partir do 5º ano, acrescenta-se a Língua Estrangeira e, do 6º ao 9º ano, acrescentam-se as disciplinas específicas voltadas às escolas do campo. A matriz curricular das escolas do campo, aprovada em fevereiro de 2010, traz os eixos temáticos: Terra – Vida – Trabalho do 6º ao 9º ano. Assim, essas disciplinas atendem à matriz curricular, porém, não nas séries iniciais, como previsto na matriz curricular de fevereiro de 2010.

Na escola Maria da Conceição, essas disciplinas ganham o nome de Agricultura, Indústria Rural e Zootecnia. Observemos a proposta de conteúdos para o 6º ano nas disciplinas acima citada:

³ O ensino médio é extensão da escola estadual Peri Martins.

Agricultura

Práticas preparatórias para o plantio, propagar hortaliças, implantar as culturas no campo, fontes nutricionais das hortaliças, como: nutrientes e fontes alimentares, funções dos nutrientes e fontes alimentares, funções dos nutrientes no organismo humano e fungos, montar calendário de cultivos das hortaliças para a região centro-oeste, adubos e adubação, classificação dos fertilizantes, micro nutrientes, adubação orgânica, correção da acidez do solo e conservação do solo.

Zootecnia

Origem das raças eqüinos e bovinos, descrição dos bovinos, estrutura física da propriedade, alimentação dos bovinos, pastagens e manejos, saúde animal, sanidade animal, doenças bacterianas específicas e reprodução animal.

Indústrias Rurais

Instalação para pecuária de leite, comercialização, o processo de higienização, como produzir alimentos, preparo de produtos derivados de leite, o que são micróbios, como crescem. Fabricação de: sucos, doces e alimentos, como comercializar (PPP, p. 40-41, 2011).

Os conteúdos precisam ser pesquisados para oferecer aulas com maior conhecimento, pois os educadores que oferecem estas disciplinas não possuem conhecimento específico na área. Em entrevista, em agosto de 2011, as educadoras que ministravam estas disciplinas declararam sentir falta das aulas práticas, as quais não conseguiam ser concretizadas devido à existência de uma lei que proibia os educandos a utilizarem ferramentas no ambiente escolar. Desta forma, as educadoras diziam que faltavam elementos para que pudessem realmente interferir de maneira concreta na realidade em que estes sujeitos estão inseridos.

Ao levantarmos o problema junto à direção, fomos informados da existência de uma lei que proíbe a utilização de ferramentas pelos educandos, o que impede a existência de uma horta na escola para que possam colocar em prática as teorias que recebem em sala de aula. Ao questionarmos a Secretaria Municipal de Educação sobre o mesmo problema, a mesma disse desconhecer esta lei. Também a inspeção da Prefeitura afirmou que não existe esta lei. Assim, o que vemos é um desencontro de informações que acaba por não permitir a concretização desta educação para dar autonomia aos sujeitos que moram no campo.

Neste ano de 2012, em uma nova visita à escola, encontramos uma nova realidade. A disciplina de agricultura do 6º ano está oferecendo aulas práticas, enquanto as demais disciplinas ainda continuam apenas teóricas. As aulas práticas estão sendo oferecidas pela educadora de Biologia. Do 7º ao 9º ano, as disciplinas

são apenas teóricas e realizadas em sala de aula. É oferecida, também, a disciplina de Educação Ambiental do 1º ao 9º ano do ensino fundamental.

Referente ao ensino médio, o Projeto Político Pedagógico é o da escola estadual Peri Martins, situada na cidade de Bataguassu, a qual cede educadores para a Escola Maria da Conceição. Sua proposta, porém, não é diferenciada para atender à matriz curricular estadual para a escola do campo. Ao contrário, ela acompanha a grade curricular da escola urbana e tem como coordenadora responsável a educadora Silvana Nascimento, concursada pelo Estado.

A escola Maria da Conceição, mesmo não tendo salas multisseriadas, trabalha com o programa Escola Ativa, criado para estimular a construção do conhecimento e capacitar os professores, oferecendo formas interativas de ensino trabalhadas através de oficinas de vivência concretas e ampliando o conhecimento dos educandos. Porém, o coordenador da escola afirmou que recebem apenas os materiais pedagógicos de apoio, como livros, jogos, etc., mas que nunca receberam nenhuma verba federal, acreditando que isso seja devido ao fato de não estarem diretamente enquadrados no perfil do programa.

Ao analisarmos a estrutura pedagógica da escola do campo Maria da Conceição, pudemos observar que seus objetivos não contemplam diretamente uma educação diferenciada, transformadora, valorizando os saberes do campo. O que podemos observar é que a Escola, embora legalmente seja constituída como escola do campo, ainda não conseguiu construir um Projeto Político Pedagógico que permita definir a identidade dos sujeitos que ajuda formar nesta escola, com traços de suas identidades.

A escola, também, não traz em seu PPP práticas pedagógicas dos movimentos socioterritoriais do campo. Não considera as místicas do MST como prática pedagógica dentro da escola e seus funcionários desconhecem a existência de tais atividades, e, também, não considera o tempo/escola tempo/comunidade, como previsto pela pedagogia da alternância. Desse modo, o que podemos observar é que, na Escola Maria da Conceição, o paradigma da Educação no/do Campo não conseguiu ser implementado como deveria até o momento. Mesmo sendo instalada em um assentamento de Reforma Agrária, a escola ainda não consegue trabalhar com as realidades vivenciadas pelos educandos.

Para melhor entendermos a realidade vivenciada na escola Maria da Conceição, iniciamos nossos questionamentos aos educadores, entendendo-os como

[...] aquela pessoa cujo trabalho principal é o de fazer pensar a formação humana, seja ela na escola, na família, na comunidade, no movimento...; seja educando as crianças, os jovens, os adultos ou os idosos (CALDART, snp, 2006).

Ao questionarmos sobre o conhecimento do projeto da escola do campo, as respostas foram as seguintes, como podemos observar no gráfico (02).

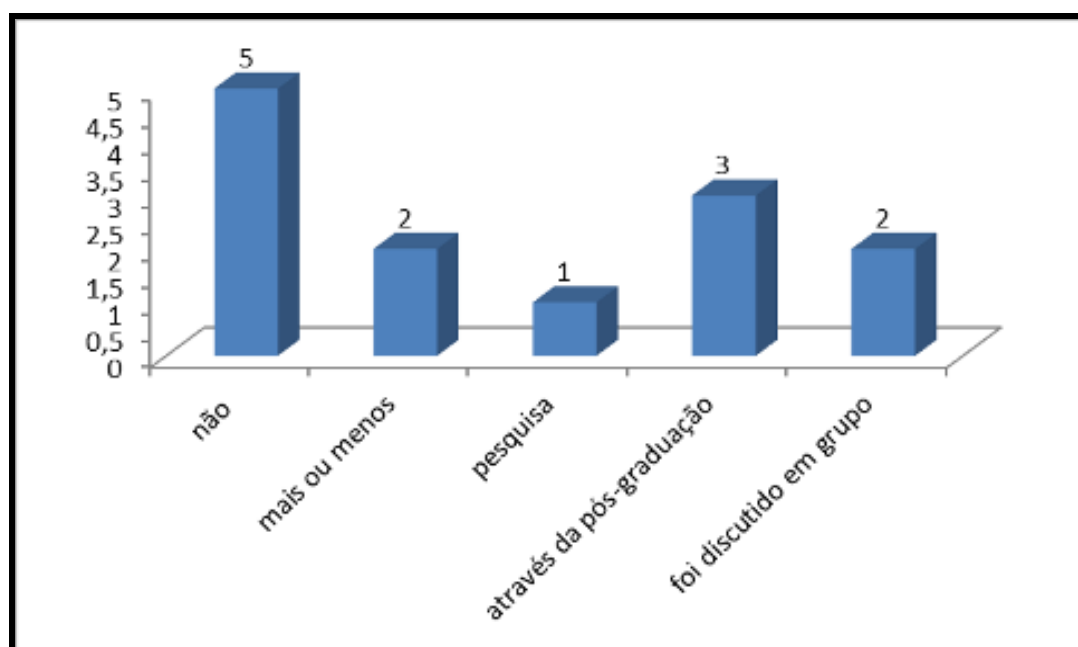


Gráfico 02 – Conhecimento do projeto da escola do campo.

Fonte: Trabalho de campo. Org. FREITAS, 2011.

Como podemos observar nas respostas, a falta de conhecimento sobre a proposta da escola do campo por parte dos educadores é preocupante, pois estão em uma escola do campo e não conhecem o projeto, o que gera uma dificuldade para a implementação da educação do campo. A educadora S. disse que, no momento em que escola passou a ser “do campo”, houve uma equipe de Campo Grande que visitou a escola explicitando o projeto, porém, não tiveram mais nenhum encontro para discutir essa proposta. Como podemos notar, o maior conhecimento sobre o assunto se deu através da pós-graduação, pois três dessas educadoras estão no curso de pós-graduação em Educação do Campo oferecido pela UFMS.

Segundo Caldart (2006), os educadores do campo devem ter um conceito mais alargado, não ficando presos apenas aos conteúdos curriculares. Seu principal papel é o de fazer e pensar a formação humana. Para tanto, a autora defende uma formação específica para esses educadores, como podemos destacar no trecho a seguir:

[...] defendemos uma formação específica porque entendemos que boa parte deste ideário que estamos construindo é algo novo em nossa própria cultura. Há uma nova identidade de educador que precisa ser cultivada ao mesmo tempo em que há uma tradição pedagógica e um acúmulo de conhecimentos sobre a arte de educar que precisa ser recuperada e trabalhada desde esta intencionalidade educativa da Educação do Campo (CALDART, snp, 2006).

Assim, entendemos que os educadores devem ter conhecimento não apenas do conteúdo específico dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), mas também da identidade do sujeito e da intencionalidade de uma educação comprometida com a classe trabalhadora camponesa, pois esses educadores são os responsáveis para que a Educação do Campo seja um instrumento de libertação.

Ao questionarmos os professores sobre o conhecimento da proposta pedagógica do MST, todos foram unânimes em dizer que não possuem conhecimento a respeito. Essa afirmação vem reforçar a necessidade do conhecimento sobre o projeto de Educação do Campo, pois esses educadores são responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem dos educandos nessa escola. Isso quer dizer que precisam trabalhar para que esses sujeitos tenham uma educação transformadora. É preciso também, para que isso ocorra, que eles trabalhem com a realidade dos educandos, sendo esse um aspecto imprescindível para que os objetivos da proposta sejam alcançados.

Pudemos observar a ausência dos princípios da Educação do Campo, ou seja, as metodologias participativas, o processo de formação centrado na ação-reflexão-ação, a sensibilização dos educadores para o processo de leitura e vivência da prática com os alunos, o envolvimento da comunidade e do município no processo de trabalho, as simbologias que os remetem aos movimentos, as místicas que possibilitam a valorização da cultura, o resgate das lutas, a valorização do saber. A esse respeito, Caldart (2006, snp) afirma que

a Educação do Campo precisa se preocupar com o cultivo da identidade camponesa, precisa recuperar os veios da educação dos grandes valores humanos e sociais: emancipação, justiça, igualdade, liberdade, respeito e diversidade, bem como reconstruir nas novas gerações o valor da utopia e do engajamento pessoal a causas coletivas, humanas.

No caso em estudo, podemos observar que os espaços da escola não conseguem trabalhar com a questão da identidade dos sujeitos. As lutas e as conquistas dessas famílias ou até mesmo de alguns educandos protagonizaram para serem agora assentados da Reforma Agrária é desconsiderada pela escola, fato que poderia ser trabalhado na construção da identidade, sujeito que luta para construir uma realidade menos excludente.

Assim, evidenciamos que as ações da escola acabam sendo limitadas, uma vez que não há interesse do governo em implementar o projeto institucional em escolas do campo, projeto instituído pelo artigo 10 das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e estabelecido no artigo 14 da LDB (1996) o qual:

[...] garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade (p.02).

Dessa maneira, o estabelecimento de relações entre os sujeitos envolvidos e a história dos movimentos sociais no campo fica afetado, pois os mediadores, que são os educadores, não conseguem dialogar com os movimentos pela ausência dos mesmos na escola; sendo assim, por diferentes fatores, não conseguem implantar uma educação comprometida com o sujeito. Portanto, precisamos de educadores que vejam os educandos como sujeitos sociais e que estejam comprometidos com sua socialização, sejam eles crianças ou jovens. O órgão responsável pela escola não proporciona um processo de formação voltado para a educação diferenciada aos educadores das escolas do campo, deixando que estes participem das mesmas atividades e seminários realizados para as escolas da cidade.

Ao questionarmos os educadores sobre a necessidade de serem assentados para trabalharem na escola, as respostas foram as seguintes, como podemos observar no gráfico (03).

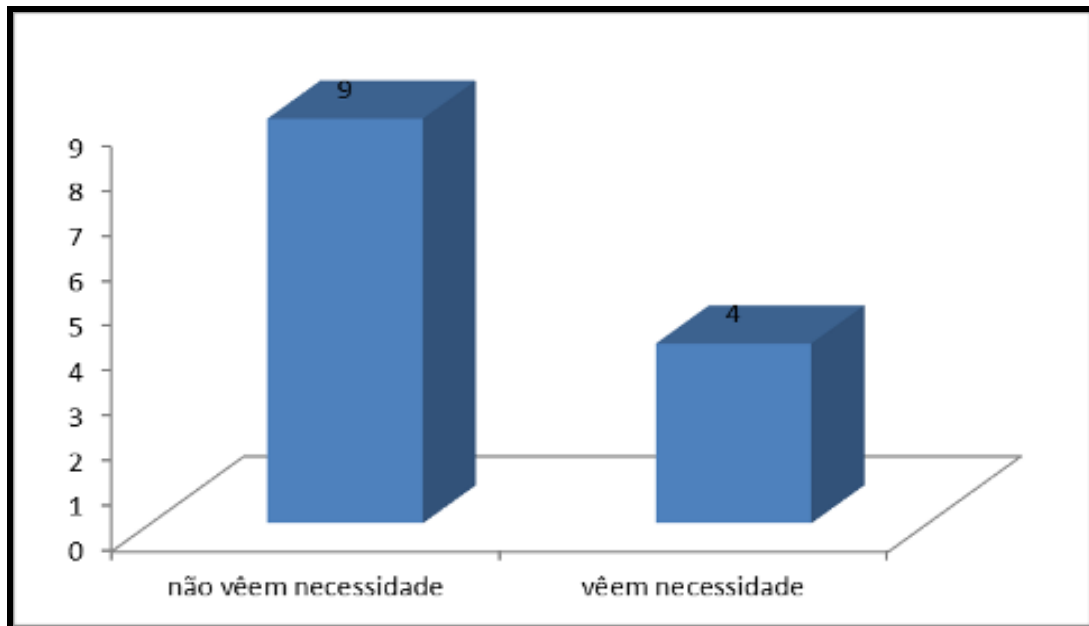


Gráfico 03 – Necessidade dos educadores serem assentados.
Fonte: Trabalho de campo. Org. FREITAS, 2011.

Entre os quatro que viam a necessidade de os educadores serem assentados, todos reforçam a necessidade de que deveriam ter formação específica para lecionar. Quando analisamos as justificativas sobre a necessidade de serem assentados, citam o comprometimento com a comunidade e a oportunidade de trabalho para os assentados, defendendo que, a estes últimos, deveria ser dada preferência de trabalho e, apenas se não houvesse pessoas capacitadas a assumir o cargo, é que se abriria a vaga para aqueles que não fossem assentados. Porém, uma das educadores se contradiz e afirma ser preciso trazer, também, o conhecimento da cidade para o campo.

Entre os educadores que não veem a necessidade de que para lecionar em uma escola de assentamento o educador seja um assentado, a justificativa se dá pelo fato de existir o alojamento em que ficam a semana toda e acabam por vivenciar a realidade do assentamento, mesmo sem serem assentados. Porém, quando questionados se participaram da construção da escola afirmam que não e afirmam, também, não conhecer a história dos movimentos e do processo de luta e conquista pela terra vivenciada pelas famílias de seus educandos. Esse desconhecimento causa um distanciamento das práticas educativas com as

memórias históricas da comunidade, pois, segundo Caldart (2006), as identidades se formam nos processos sociais e o papel da escola

será tanto mais significativo se ela estiver em sintonia com os processos sociais vivenciados pelos seus educandos e educadores, e se ela mesma consegue se construir como um processo social, cumprindo a tarefa da socialização... (CALDART, snp, 2006).

Assim, entendemos que a Educação do Campo é construída com o envolvimento dos sujeitos que lutam para diminuir a desigualdade histórica da educação do campo, porém, entendemos que não somente para acampamentos e assentamentos deve ser levada essa educação, mas a todos os povos do campo como quilombolas, ribeirinhos, indígenas, etc. Para isso, é necessário resgatar a identidade e o envolvimento de educadores e educandos no processo de ensino aprendizagem.

Quando questionados sobre as dificuldades para o ensino/aprendizado com essas crianças, as respostas foram as seguintes:

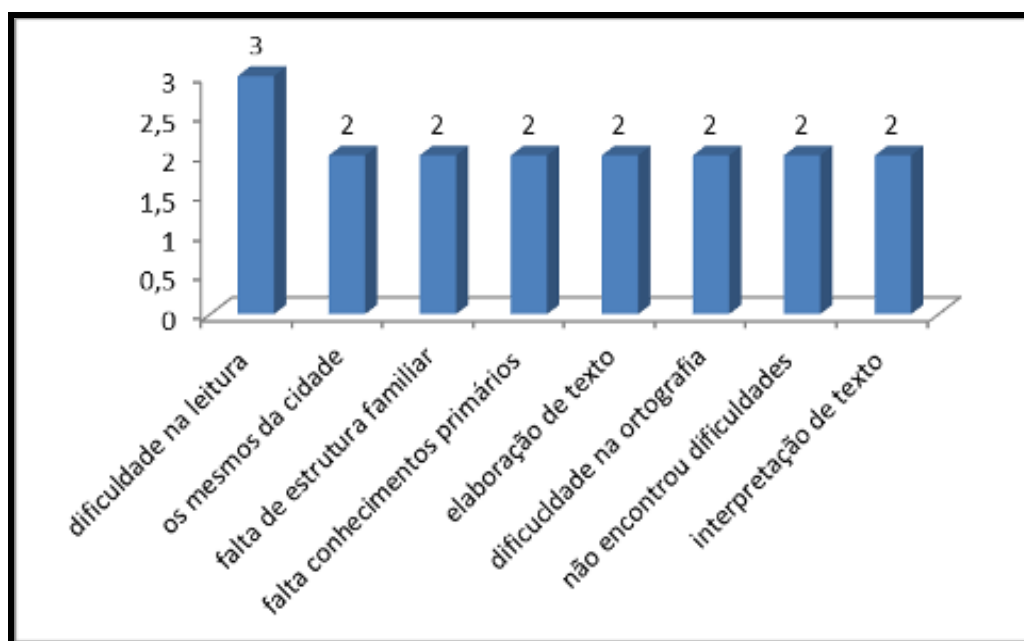


Gráfico 04 – Dificuldade no ensino/aprendizado.
Fonte: Trabalho de campo. Org. FREITAS, 2011.

No tocante às dificuldades encontradas para o ensino/aprendizado desses educandos, os educadores disseram que os mesmos apresentam problemas, principalmente, na leitura. A falta de hábito de leitura em casa acaba se refletindo na

interpretação de textos e na escrita, mas nenhuma dificuldade que não seja peculiar da faixa etária de cada um, tampouco exclusividade das escolas *do/no* campo. Outro problema levantado é a falta de realização das tarefas (que são enviadas e não são feitas pelos educandos), o que dificulta a fixação do conteúdo. Sobre a falta de estrutura familiar, os educadores dizem que muitos dos educandos moram com padrastos ou então moram com os avós, o que, na opinião deles, acaba por influenciar no desempenho do educando, considerando inclusive que para alguns seria necessário o auxílio de um profissional para acompanhá-los.

As entrevistas com os educandos foram realizadas do 6º ao 9º ano, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Fizemos a opção do 6º ao 9º ano por terem, em sua matriz curricular, as disciplinas diferenciadas voltadas à educação *do* campo, o ensino médio por serem aqueles com maior vivência na escola pelo tempo que já passaram nela e o EJA por se tratar de alguns assentados que resolveram retornar à escola. As entrevistas, porém, foram realizadas com 56 educandos, o equivalente a 40% dos educandos, pois nem todos se dispuseram a falar.

Entende-se a escola como um lugar de socialização, ou, como afirma Caldart (2006), um lugar de vivência e de relações sociais, pois é ela um dos primeiros lugares de socialização, que possibilita a formação de um sujeito consciente de transformação, dependendo da intencionalidade da escola, como podemos observar na passagem a seguir:

[...] a socialização pode se dar desde a referência do individualismo ou da cooperação e da preocupação com o bem-estar coletivo, dos objetivos de consumo e de 'se dar bem na vida', ou dos valores da justiça e da igualdade, desde a perspectiva de mudar a realidade ou de deixar tudo como está, acomodando-se à lógica social dominante. (CALDART, snp, 2006).

A partir dessa concepção da escola como espaço de vivência, iniciamos nossos questionamentos aos educandos se gostam de estudar naquela escola. Podemos observar no gráfico (05) que a maioria dos educandos disse gostar da escola e tem na escola uma referência de amizade e lazer no assentamento. Aqueles que responderam mais ou menos afirmam que estão acostumados com a rotina, que não há novidades e um único aluno respondeu não gostar de estudar na

escola por estar desmotivado, afirmando não estar mais querendo estudar por problemas pessoais. Dessa forma, podemos observar que, para os educandos, a escola tem uma boa aceitação e a maioria gosta muito de frequentar o ambiente escolar, pois ali estão todos seus amigos, não sendo necessário ir à cidade para estudar.

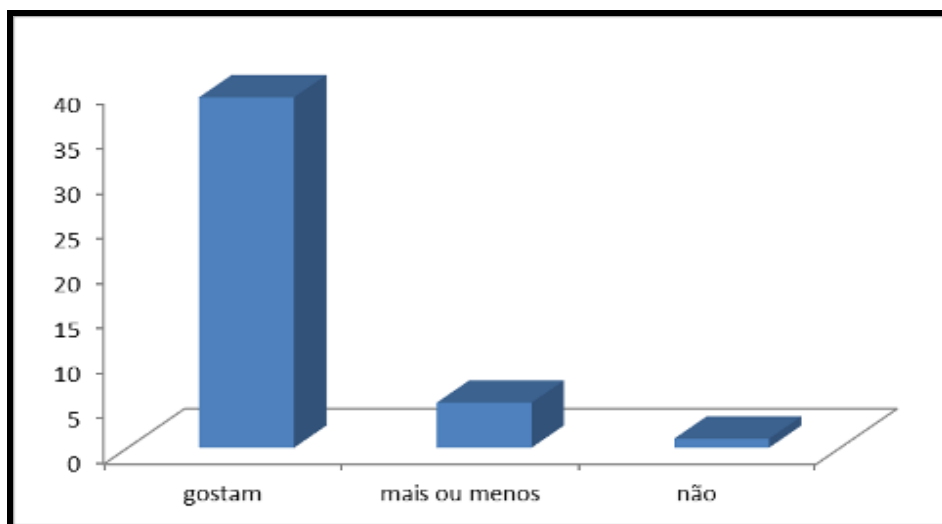


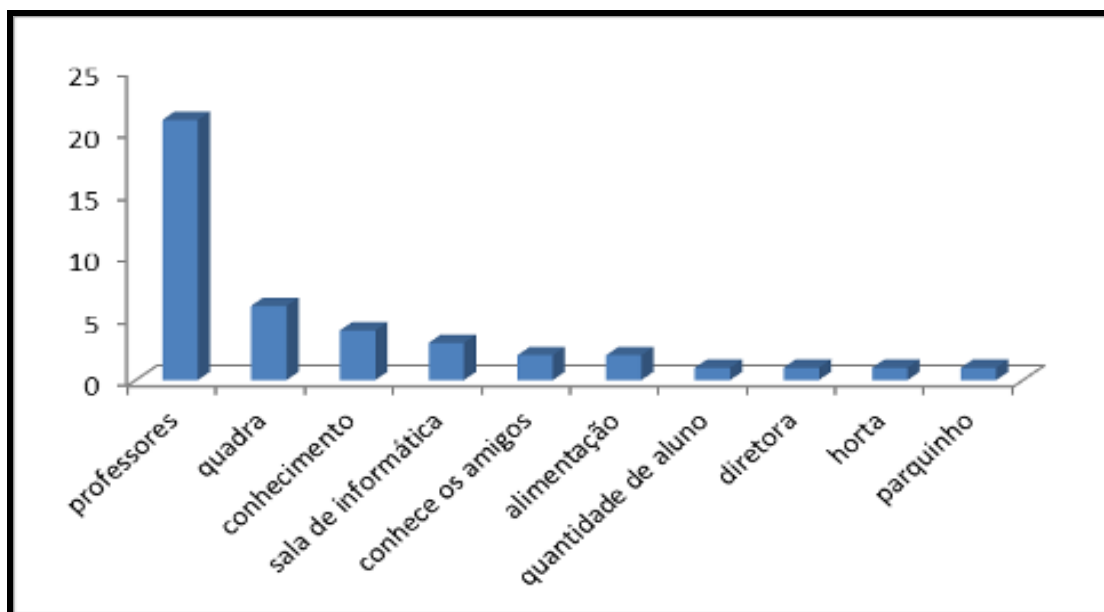
Gráfico 05 – Educando que gostam de estudar na escola.

Fonte: Trabalho de campo. Org. FREITAS, 2011.

Ao serem questionados sobre como vão para a escola e o tempo que levam para chegar a ela, apenas 02 educandos entrevistados disseram ir a pé porque moram ao lado da escola, e os demais são transportados pelos ônibus. Os que gastam mais tempo para chegar à escola levam em torno de uma hora e meia, e os que gastam menos, levam em torno de cinco a dez minutos. Os educadores e funcionários assentados também utilizam o transporte escolar para ir à escola. Neste aspecto, está garantido o direito do transporte escolar, não excedendo o tempo máximo de permanência no transporte escolar.

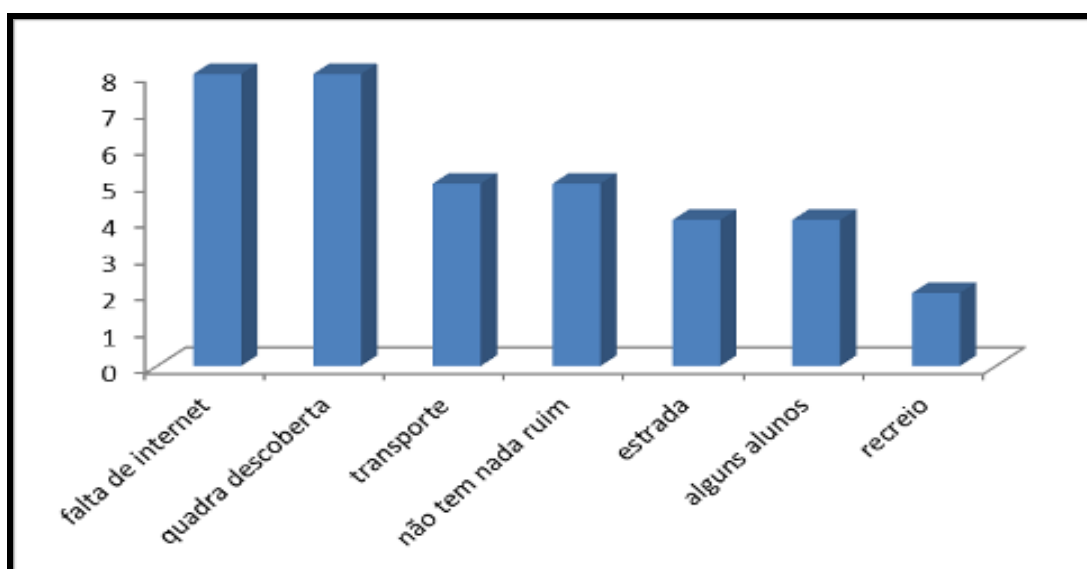
Pedimos a esses educandos que dessem um exemplo de algo que considerassem bom na escola e diversos pontos foram destacados. Observamos que os educandos destacaram os educadores como o que há de melhor na escola. Assim, reafirmamos a necessidade dos professores terem conhecimento em relação ao projeto da educação do campo, com uma educação libertadora, para que possam conscientizar esses sujeitos de seus direitos. Em segundo lugar, ficou a quadra da escola. Segundo a educadora de Educação Física, os educandos gostam muito da

aula, “e a quadra é considerada um ponto de encontro da comunidade, é um momento de lazer para os alunos”. Podemos visualizar no gráfico (06) as respostas encontradas.



**Gráfico 06 – Exemplo de algo que consideram bom na escola.
Fonte: Trabalho de campo. Org. FREITAS, 2011.**

Ao serem solicitados a darem um exemplo do que acham ruim na escola, as respostas foram as seguintes, como podemos observar no gráfico (07).



**Gráfico 07 – Exemplo de algo que consideram ruim na escola.
Fonte: Trabalho de campo. Org. FREITAS, 2011.**

As duas maiores reclamações são em relação à falta de internet e à falta de cobertura da quadra. Os educandos reclamam da falta de internet para fazer trabalhos e pesquisas e os educadores também dizem que a ausência da internet na escola é ruim, pois, às vezes, precisam fazer alguma pesquisa e necessitam ir até a cidade para fazer por não existir possibilidade na escola ou no assentamento a possibilidade de acesso a internet. Outros apontaram as estradas que dificultam o acesso à escola como aspecto ruim.

A quadra descoberta também foi apontada como aspecto negativo pelos educandos, pois as aulas são no período vespertino, quando o sol é mais forte. No entanto, em trabalho de campo realizado em junho de 2012, a educadora de educação física relatou que esse descontentamento não fica restrito apenas aos alunos, que muitas vezes não vão fazer aula na quadra para não ficarem expostos ao sol muito quente. Outros problemas foram apontados pelos educandos, porém, em menor quantidade⁴. Houve, também, os educandos que afirmaram não existir nada de ruim na escola, alegando gostar muito da escola e estar satisfeitos com o que ela oferece.

Como os educadores foram apontados como algo bom da escola, perguntamos aos educandos o que acham dos educadores e as respostas foram que estes são legais, bons e excelentes. Como podemos observar na fala de um dos educandos, “são atenciosos com os alunos, explicam bem a matéria, explicam o que precisamos aprender para mercado de trabalho (B., agosto, 2011)”.

Em 2012, os educandos do 6º ano iniciaram o trabalho prático na horta criada na escola. Assim, questionei o que achavam da experiência e todos disseram que estão gostando, como pode ser visto no relato de alguns educandos:

É legal o trabalho com a horta, muita coisa que aprende pode fazer em casa, porque os pais muitas vezes trabalham e não têm tempo para ensinar. Ainda ajuda entender a matéria que é dada em sala (A. C., junho, 2012).

⁴ Os colegas que vão para escola fazer bagunça não para estudar, falta de biblioteca, acesso, estrutura física, ensino difícil, não tem campo de futebol, desorganização. Outros apontamentos que tiveram foram pouco tempo do recreio - que às vezes não permite lanchar -, uniforme, ouvir som no ônibus, não poder namorar. Porém, devemos destacar que esses apontamentos são regimentos da escola para que possa obter boa conduta.

O trabalho na horta é muito bom tem contato com a terra, melhora o entendimento que tem em sala de aula (B., junho 2012).

É bom porque pode fazer em casa o que aprendeu aqui na escola (W., junho, 2012).

Divertido porque além de aprenderem a plantar ainda vão poder levar verduras para casa (A., junho, 2012).

Como podemos observar no relato desses educandos, apenas a disciplina teórica não é muito bem entendida em sala de aula, mas com a aula prática é possível até levar o aprendizado para casa. Também, a educadora que está ministrando a disciplina avaliou o trabalho na horta da seguinte forma:

Os alunos que mais davam trabalho em sala de aula são os que trabalham direitinho na horta, então devemos rever os métodos de avaliação, foi muito diferente (C., junho, 2012).

Com essa fala, podemos concluir que há, realmente, a necessidade de uma pedagogia que envolva o aluno, e que o aprendizado pode levá-lo a interferir em sua realidade. Para isso, é essencial que a escola, os educadores e a comunidade conheçam o projeto da escola do campo. A respeito da visão pedagógica, Caldart (2006) evidencia que

em vez de pensar uma ação pedagógica para dinamizar ou modernizar a sociedade rural, como é a visão da chamada educação rural, o que temos que pensar é em ações pedagógicas sintonizadas com a dinâmica social do campo, acelerada pela presença dos Movimentos Sociais (CALDART, snp, 2006).

A última pergunta que fizemos aos educandos foi se gostam de morar no campo. Ao observarmos o gráfico (08), podemos constatar que a maioria dos educandos gosta de morar no campo, enquanto uma quantidade menor respondeu mais ou menos e apenas um disse não gostar de morar no campo⁵.

⁵ É o mesmo que afirmou não gostar de estudar na escola, e que está passando por problemas pessoais.

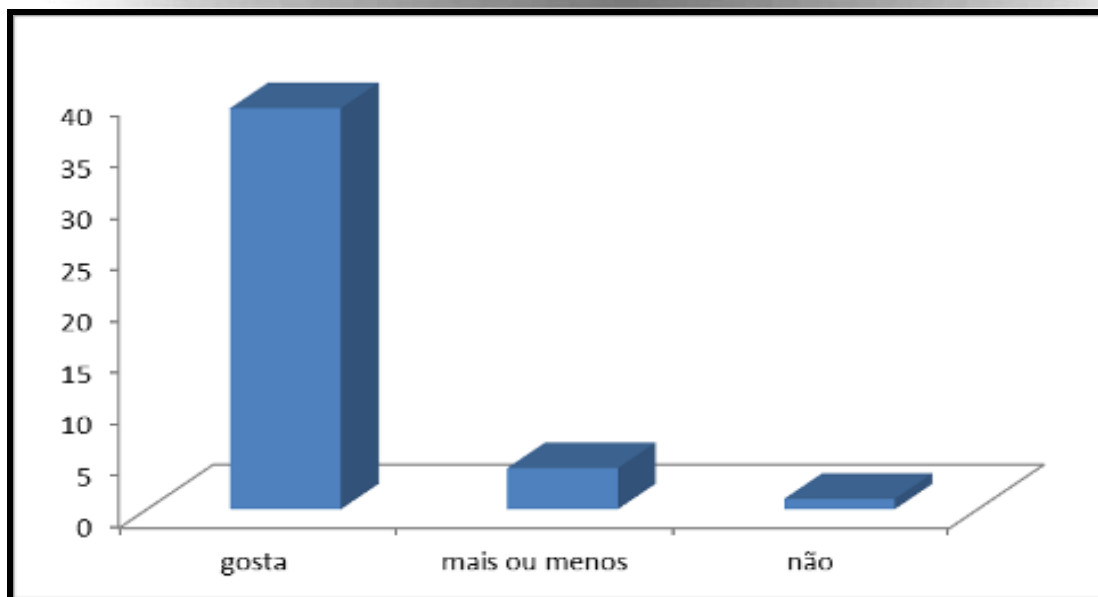


Gráfico 08 – Educandos que gostam de morar no campo.
Fonte: Trabalho de campo. Org. FREITAS, 2011.

Dentre os motivos indicados por quem gosta de morar no campo estão a tranquilidade, a ausência de barulho, estar longe das drogas, conhecer todo mundo e ter liberdade. Para exemplificar porque gostam de morar no campo, escolhi este relato que retrata o contexto de todos

Gosto de morar no campo, pois quem mora na cidade não tem fruta para comer, aqui é só ir no pé e pegar, na cidade tem muito roubo e barulho e estamos em contato com a natureza (A. C., junho, 2012).

Dessa forma, podemos observar que os educandos consideram o campo e a escola algo bom e que os educadores são uma referência para eles, pois admiram a atividade exercida por eles⁶.

Para finalizar, questionamos, também, os pais dos educandos para sabermos o que achavam da escola pela qual tanto lutaram. Tivemos a confirmação da opinião dos educandos, ou seja, os pais também consideram a escola boa e os professores atenciosos.

⁶ Pudemos inclusive observar a dedicação que os educandos têm para com eles enquanto realizamos nosso trabalho de campo.

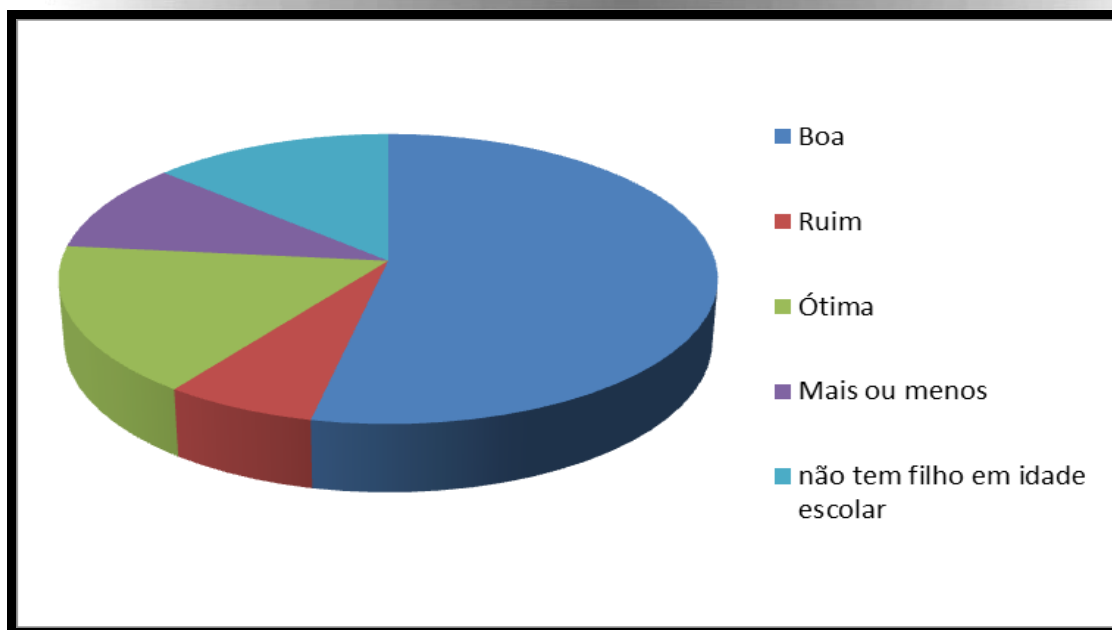


Gráfico 09 – Opinião dos pais sobre a escola Maria da Conceição Gomes da Silva.
Fonte: Trabalho de campo. Org. FREITAS, 2011.

Uma questão que apareceu na resposta dos pais e que não havia aparecido na dos educandos diz respeito à cantina da escola. Quatro pais afirmam que muitas crianças não possuem dinheiro para comprar lanche e acabam ficando com vontade de comer algum produto da cantina. A cantina é mantida pela Associação de Pais e Mestres (APM) da escola e a arrecadação é destinada às benfeitorias na escola. Além disso, segundo o presidente da APM (A.) “estamos distante da cidade e qualquer necessidade de deslocar aluno ou professor tem custo, o qual é utilizado este dinheiro”.

Por fim, observamos que a escola Maria da Conceição, apesar de apresentar uma matriz curricular diferenciada, ainda não conseguiu construir uma educação do campo que busque valorizar a cultura e a criação de uma nova identidade, que venha romper com a submissão dos camponeses e busque a emancipação humana, porém, alguns professores estão buscando conhecer o projeto e qualificar-se para tentarem construir a Educação no/do Campo.

Segundo relato dos educadores, já foram sentidos avanços na escola desde sua criação, pois, quando a escola iniciou, existiam apenas salas multisseriadas que não atendiam a todos os níveis de ensino e alguns educadores que estavam em sala de aula não possuíam qualificação, uma vez que não havia professores suficientes para compor o quadro de funcionários. Além disso, os educandos não

tinham transporte escolar para chegar à escola e as estradas eram muito ruins, o que dificultava o acesso dos mesmos, ainda que a pé.

Em nosso entendimento, esses passos avançados são importantes, porém, as questões pedagógicas no caminho da construção do campo ainda se encontram comprometidas, pois os educadores, que são os mediadores, ainda não possuem conhecimento a respeito dos projetos da Educação do Campo. No entanto, acreditamos que essa escola Maria da Conceição não pode ficar na invisibilidade, pois o fato de haver uma escola que foi conquistada pela luta dos camponeses já é um passo importante no caminho de romper com o paradigma de uma educação rural, pensada pelas bases da elite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, foi possível compreender melhor a realidade da Escola do Campo Maria da Conceição, no assentamento Santa Clara, que atende uma população camponesa em âmbito educacional. Realizamos a pesquisa com o intuito de compreender a dinâmica educacional e seus desdobramentos, pois verificamos que a Construção da Educação do Campo foi forjada no interior do processo da luta pela terra, resultado das conquistas de camponeses por uma educação de qualidade. Porém, a luta pela educação do campo entendida como disputas de concepção de mundo e projetos de sociedade é um processo histórico que não se inicia com a luta pela terra.

Em nosso trabalho, pudemos observar que, embora a escola tenha sido conquistada em um processo de luta, os sujeitos envolvidos não conseguem se apropriar dessa conquista.

A escola em questão, não obstante tenha em seu nome “Escola do Campo”, ainda apresenta algumas limitações que impedem a implementação da Educação do Campo, como pensada pelos movimentos sociais. Algo que observamos, a priori, foi a ausência dos movimentos sociais no processo educativo e o desconhecimento do projeto de educação por parte de alguns dos sujeitos envolvidos, pois parte de um projeto implantado pela prefeitura municipal, a qual não possibilita nenhuma formação diferenciada para os gestores e professores para implantação desse novo paradigma.

Diante dessa realidade, passamos a analisar como era a realidade dessa escola e, com a aplicação dos questionários semiestruturados, foi possível compreender o processo organizativo da instituição escolar. Pudemos observar que nem todos os educadores possuem conhecimento do projeto da escola do campo, além de a escola não possuir um quadro de educadores efetivos, o que causa uma rotatividade de professores a cada ano letivo, e os educadores não possuem nenhum curso de capacitação e qualificação continuada oferecido pela secretaria municipal de educação do município ou do estado; todos esses são fatores que acabam dificultando a implementação da Educação *do Campo*.

O projeto político pedagógico da escola não é construído democraticamente com a participação dos sujeitos, é elaborado pelo corpo docente da escola e revisado pela secretaria de educação municipal; embora a matriz curricular, parcialmente, atenda à diversidade do campo, ela não trabalha com a alternância e, no que se refere aos conteúdos, o que pude observar nas aulas em que participei, é que não há nenhuma diferenciação da educação formal oferecida nas escolas urbanas. Por fim, o que pudemos perceber é que a Escola Maria da Conceição Gomes da Silva, embora possua em sua nomenclatura Escola do Campo, ainda não conseguiu se transformar nesse projeto de educação libertadora que leve à emancipação dos sujeitos.

É importante destacar que a escola, embora evidencie esse desencontro na estrutura, é uma contradição ao modelo adotado pelo estado, pois, de acordo com os relatos dos envolvidos, todos gostam da escola, o que abre um precedente impar para que essa escola não tenha o mesmo futuro das 37 mil escolas no campo que foram fechadas. Assim, mesmo que essa escola não seja *do campo*, ela está *no campo* e tem grande potencial para se tornar referência para pais, educandos e educadores, e isso necessita ser evidenciado, porque “*fechar escola é crime*”.

Nossa intenção nessa pesquisa não é a de condenar a escola ou seus sujeitos, mas de apresentar pontos que possibilitem uma reflexão para que a Educação do Campo possa se tornar realidade e, dessa forma, para que ela possibilite aos sujeitos envolvidos uma educação libertadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Disponível em:
<http://www.mec.gov.br/portal>

CALDART, R. S. **Momento atual da Educação do Campo**, 2006. Disponível em:
<http://tribunadonorte.com.br/noticia/momento-atual-da-educacao-do-campo/22643>

____. **Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo** - Artigo ano 2 - número 2 – 2004.

____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

____. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CAMACHO, R. S. **O ensino da geografia e a questão agrária nas séries iniciais no ensino fundamental**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.

DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO, 2004, P.37).

FERNANDES, B. M. **Diretrizes de uma Caminhada**. In CALDART, R.S.; **Por Uma Educação do Campo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 47 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HENRIQUES, R. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CEB nº 1/02. Brasília/DF, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CEB nº 1/02. Brasília, 2002.

PEREIRA, J.H. do V.; ALMEIDA, R. A. de. (Org.) **Educação no/do campo em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: UFMS, 2008.

RAMOS, M. N.; MOREIRA, P. M.; SANTOS, C. A. (Coord.). **Caderno de Subsídios: Referências para uma política de Educação do campo**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Dispõe sobre o funcionamento da Educação Básica nas Escolas do Campo no sistema de Ensino de Mato Grosso do Sul. Deliberação CEE/MS nº 7111. Mato Grosso do Sul, 2003.

SILVA, T. P. da. **Reforma Agrária e educação: A realidade dos assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul.** In. ALMEIDA, R. A. de (org). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2008. p. 291 - 321.